

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Um boato que pode ter graves conseqüências

Os jornais publicaram ontem, sem uma precisa identificação de fontes, a informação de que o governo brasileiro teria obtido um reescalonamento amplo — em nove anos, com cinco de carência — do pagamento das amortizações da dívida no ano que vem e do dinheiro “novo” (6,5 bilhões de dólares) que os bancos particulares nos vão emprestar segundo o esquema montado recentemente durante a reunião do FMI em Washington.

Em algumas publicações a maneira como foi redigida a informação dava a impressão de que o presidente do Banco Central, Afonso Pastore, era a fonte original. Todavia, o prof. Pastore somente foi procurado para falar sobre o assunto depois que a notícia já estava sendo transmitida por rádios e TVs.

Trata-se de uma notícia deveras importante. De fato seria excelente se o Brasil conseguisse esse reescalonamento parcial da sua dívida externa, nos termos divulgados, num momento de grandes dificuldades e apertos para o balanço de pagamentos. Não seria uma solução completa e definitiva, mas traria significativo alívio em período oportuno.

De modo que nos seja permitido dizer, antes de mais nada, que torcemos não só para que a notícia se confirme, seja verdadeira, mas, principalmente, para que nossos credores de fato aceitem o esquema que teria sido proposto.

No entanto, temos de advertir nossos leitores para que aceitem a informação com muitas reservas, como aliás nós próprios fizemos, para evitar o sentimento de frustração que somente piorará as coisas caso ela não se confirme.

Nossas reservas não são gratuitas nem infundadas. Temos razões para mantê-las e não vamos fazer segredo dessas razões. Uma delas é a maneira como a informação foi divulgada. O prof. Pastore, surpreendido pelas indagações dos repórteres, disse que provavelmente ela viera “de fora”. Não foi nada disso. Ela veio “de dentro”, na verdade muito “de dentro”. Podemos afirmar que foi do gabinete do ministro Delfim Neto que ela saiu para a imprensa — foi “plantada”, como costumamos dizer na nossa gíria jornalística. Por quem exatamente? Por diversos assessores do ministro. Mas, tarde da noite, o próprio ministro Delfim Neto, falando com um dos nossos redatores, confirmava a notícia e, mais ainda, considerava praticamente fechado o negócio, isto é, o prazo e a carência para pagamento dos 12 bilhões de dólares referentes aos 5,5 bilhões de amortizações de 1984 mais os 6,5 bilhões de dinheiro “novo” previstos no recente esquema FMI-bancos.

Ora, se essa informação tivesse todo o fundamento que se alegava ter, por que esse método indireto e tortuoso de divulgação? Se é verdade, é um grande fato, é um fato novo e importante na seqüência das negociações do Brasil com seus credores. Por que não anunciá-lo diretamente, numa entrevista coletiva, ou numa cadeia nacional de rádio e TV?

Só é necessário “plantar” uma notícia qualquer quando se deseja apenas avaliar os efeitos que ela produz (para desmenti-la se for o caso), ou talvez para fazer que se torne fato consumado aquilo que está em cogitação. Ou, então, para entornar o caldo e estragar a negociação em curso. Aliás, um dos negociadores da nossa dívida, o sr. Madeira Serrano, do Banco Central, disse muito bem que “não há nada que possa ser traduzido em notícia ainda” e acrescentou que “não podemos negociar pela imprensa” — numa clara alusão ao fato de que tais vazamentos até prejudicam negociações em andamento. Não estamos seguros de que soubesse que era do gabinete do ministro que partiam os vazamentos.

Além dessas considerações, precisamos atentar para o seguinte: o Brasil está recebendo dos seus credores, principalmente dos seus credores particulares, um tratamento que poderíamos qualificar de homeopático, feito com conta-gotas muito estreito. É por demais evidente que eles estão com uma política de rédea curta conosco, por diversos motivos. Não querem que o Brasil quebre, mas também não querem dar além do necessário, o que significa não fornecer recursos que nosso governo possa gastar de maneira insensata como já gastou tantos, e não permitir formação de reservas que dêem ao governo poder de barganha capaz de levá-lo a atitudes arrogantes. As evidências de que esta é a tática e a disposição têm vindo de todos os lados, de fora e de dentro, e podem ser confirmadas nos depoimentos de todos os que estiveram presentes à recente reunião do FMI.

Ora, um reescalonamento, mesmo parcial, tal como este que foi anunciado ontem, não cabe no contexto de uma política de rédea curta e amparo financeiro de conta-gotas.

Há que levar em consideração, ainda, que isso teria de ter o apoio de todos os bancos credores do Brasil, e, mesmo que tenha sido mencionado no comitê de assessoramento a título de *talking theme* como se diz, ou seja, conversa especulativa, nada faz crer que possa ser levado à prática, uma vez que até mesmo o estreito suporte financeiro coordenado pelo FMI encontrará, sabidamente, resistências não desprezíveis dentro do conjunto da comunidade bancária.

Por tudo isso, repetimos, nossas reservas diante da informação são muito sérias. É claro que não podemos, de forma nenhuma, dizer que as fontes originárias da informação estão mentindo, embora seja lícito pensar que tenham interesse em alimentar uma especulação positiva como esta — seja para tornar o Congresso menos hostil ao 2.045, seja com a boa intenção de reduzir o atual clima de pessimismo, seja para mostrar promessa de serviço na impossibilidade total de mostrar serviço no momento.

Gostaríamos que tudo isso fosse verdade mesmo, e, dado que o ministro Delfim Neto avalizou a informação na conversa com nosso redator, queremos firmar aqui o compromisso de elogiá-lo

com todos os adjetivos que formos capazes de encontrar, se e quando os fatos confirmarem o boato. Mas, se se tratar de um reles balão-de-ensaio, de mais um expediente para tapear um povo angustiado e desiludido, usaremos todo nosso direito de ser muito mais rigorosos com o ministro do que temos sido, pois se trataria, nesse caso, de arriscada leviandade.